

Norma Breda dos Santos
(ORGANIZADORA)

Brasil e Israel

Diplomacia e sociedades

EDITORA

UnB

Outros lançamentos da Editora UnB

Economia e sociedade – vols. I e II

Max Weber

A formação da realidade econômica

Rita de Cássia L. F. Santos

A natureza, o homem e a economia

Helano Maia de Souza

Lutas, jogos e debates – 2ª edição

Anatol Rapoport

Poder e sociedade – 2ª edição

Abraham Kaplan

Harold Lasswell

Sindicalismo e democracia

Betina Schürmann

Política e graça

Christian Meier

A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil

Antônio Augusto Cançado Trindade

Política de defesa no Brasil

Domício Proença Jr.

Eugenio Diniz

Brasil e Israel: diplomacia e sociedades

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor
Lauro Morhy

Vice-Reitor
Timothy Martin Mulholland

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Diretor
Alexandre Lima

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Lima, Airton Lugarinho de Lima Camara, Emanuel
Oliveira Araújo, Hermes Zaneti, José Maria Gonçalves de
Almeida Júnior, Moema Malheiros Pontes



Norma Breda dos Santos
(organizadora)

Brasil e Israel: diplomacia e sociedades

*Coleção Relações Internacionais,
dirigida por Amado Luiz Cervo*

EDITORA



UnB

Copyright © 2000 by Norma Breda dos Santos (organizadora)

Impresso no Brasil

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS Qd. 02 Bloco C Nº 78

Ed. OK 2º andar

70300-500 Brasília – DF

Tel: (0xx61) 226-6874

Fax: (0xx61) 225-5611

editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Equipe editorial: Wânia de Aragão-Costa (Preparação de originais); Terra Brasil – Fábrica de Textos (Revisão); Fernando Luis (Editoração eletrônica); Márcio Duarte (Capa)

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

B823 Brasil e Israel: diplomacia e sociedades / Norma Breda dos Santos (organizadora). – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2000.
264p. – (Coleção relações internacionais)

ISBN 85-230-0592-7

1. Relações internacionais – Brasil. 2. Relações internacionais - Israel. 3. Diplomacia. 4. Política internacional. I. Santos, Norma Breda dos. II. Série.

CDU 327(81:569.4)

Para Helena Salem

Sumário

APRESENTAÇÃO, **9**
AMADO LUIZ CERVO

PREFÁCIO, **13**
NORMA BREDAS DOS SANTOS

PARTE I

O BRASIL E A QUESTÃO ISRAELENSE NAS NAÇÕES UNIDAS: DA CRIAÇÃO DO
ESTADO DE ISRAEL AO PÓS(?)-SIONISMO, **19**
NORMA BREDAS DOS SANTOS

BRASIL-ISRAEL: DA PARTILHA DA PALESTINA AO RECONHECIMENTO
DIPLOMÁTICO (1947-1949), **71**
TULLO VIGEVANI E ALBERTO KLEINAS

O BRASIL DE VARGAS E AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM ISRAEL:
ANÁLISE COMPARATIVA COM A ARGENTINA, 1949-1955, **115**
LEONARDO SENKMAN

ISRAEL E O MUNDO ÁRABE NO CRUZAMENTO DAS ESCOLHAS
INTERNACIONAIS DO BRASIL, **149**
ANTÔNIO CARLOS LESSA

PARTE II

BRASIL E ISRAEL NA GLOBALIDADE: UM ENSAIO, **189**
PEDRO P. GEIGER

“JUDEUS MESSIÂNICOS” E SUA “CASA DE ISRAEL” EM BRASÍLIA:
TEMPO, ESPAÇO E IDENTIDADE, **217**

SONIA BLOOMFIELD RAMAGEM

MÍDIA E ORIENTE MÉDIO: UMA RELAÇÃO DE GUERRA E PAZ, **235**

DIANE KUPERMAN

Parte II

Mídia e Oriente Médio: uma relação de guerra e paz

Diane Kuperman*

O que de fato se passa, quando se vêem árabes acusando a mídia internacional de ser dominada pelo *lobby* judeu e judeus, por sua vez, acusando os meios de comunicação de se terem vendido ao capital árabe?

O presente artigo é parte de ampla pesquisa, cujo objetivo é estudar a cobertura dada pela imprensa sobre o Oriente Médio. Aqui, trata-se não-somente de mostrar o tratamento tendencioso dado pelo *Jornal do Brasil (JB)* a questões envolvendo o Estado de Israel, desde a sua criação, e seus vizinhos, com o olhar de quem sofreu, na própria pele, as dificuldades enfrentadas por refugiados judeus. Tampouco se pretende analisar a questão da perspectiva árabe. Tentaremos montar quebra-cabeça que constitui versão histórica original sobre Israel, contada pelo gigantesco número de peças veiculadas por um jornal.¹

A relativa neutralidade na Guerra de Independência

A mídia, no primeiro confronto entre países árabes e Israel, mantém-se equidistante. O seu discurso é neutro, pendendo às

* Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e autora do livro *Anti-semitismo, novas facetas de uma velha questão*. Rio de Janeiro: Pontal, 1992.

¹ Versão detalhada da pesquisa pode ser encontrada em KUPERMAN, Diane. *Das manchetes às entrelinhas, guerra e paz no Oriente Médio*, UFRJ, Rio de Janeiro, tese de doutorado.

vezes mais para o lado de Israel devido à sua nítida desvantagem numérica e de forças. As lembranças do Holocausto ainda estão muito frescas, o genocídio começa a ser desvendado em toda sua dimensão, as lutas para a emigração vez ou outra aparecem na imprensa. Reina certo mal-estar na consciência mundial e um sentimento de que é necessário fazer algo a título de reparação.

Há, também, de se registrar o fato de o Brasil ser, na época, o maior país católico do mundo, o que provoca sentimento misto de respeito, culpa e dúvida: respeito pela origem do cristianismo – Jesus era judeu e todos os princípios éticos do cristianismo provêm do judaísmo; culpa, por ter permitido o extermínio sem nada ter feito para ajudar a salvar; e dúvida – se tudo o que aconteceu não terá sido castigo infligido aos judeus, pela sua não-aceitação de Jesus como Messias e filho de Deus.

Enquanto grassa a Guerra de Independência de Israel, as notícias mais importantes do final de 1948, divulgadas na imprensa brasileira, referem-se aos vários debates na ONU em torno do Plano de Armistício para a Palestina. *O Jornal*, do dia 23 de novembro, informa que, enquanto estes prosseguem na Comissão Política sobre a questão da Palestina, o delegado Henry Katan, em nome dos árabes da Palestina,

apresentou dois princípios básicos, que em sua opinião devem orientar qualquer solução permanente para o problema da Palestina: 1) Nenhuma solução permanente pode ser baseada sobre a ocupação temporária de partes da Palestina por qualquer organismo ou órgão que se intitule a si mesmo de “Governo de Israel”; 2) Nenhuma paz permanente pode ser conseguida a não ser que um plano estipulando que os árabes e judeus vivam pacificamente em cidadania comum sob um Estado Unificado na Palestina seja elaborado. Os judeus, [continua Katan,] deverão regressar a seus países de origem, o que não será difícil porquanto mantêm sua primitiva cidadania.²

² *Jornal do Brasil (JB)*, 23 de janeiro de 1948, p. 7.

A postura árabe é clara e manter-se-á coerente até os anos 80–90, quando será revista pelos processos de paz. Não há paz possível a não ser sob bandeira árabe. A imprensa também é condizente com seu papel: informa pura e simplesmente. Os articulistas não retomam essas questões, nem sequer para apontar o quão problemática é a proposta de retorno dos judeus aos seus países de origem, em 1948, quando ainda estão abertas as feridas do Holocausto.

Uma notícia que, embora merecedora de primeira página, não terá maior repercussão, data de 14 de dezembro: “Anexada à Transjordânia a parte árabe da Palestina”; “Abdullah proclamado Rei do Reino Hachemita da Transjordânia e Palestina.” Não há protestos contra a invasão e essa postura será mantida ao longo do meio século de existência de Israel, tanto pela mídia, quanto pelas nações ou organismos oficiais, como se vê na notícia publicada dias mais tarde: “Adiada a decisão sobre o ingresso de Israel na ONU – afirma o delegado britânico que a decisão imediata em se admitir o ingresso do Estado judeu poria em cheque a autoridade do Conselho de Segurança.”

A ONU começa a demonstrar falta de coerência: aceita, sem protestar, que Abdullah anexe territórios por decisão unilateral e se autoproclame Rei da Palestina, mas hesita em aceitar a adesão de Israel, cuja criação aprovou oficialmente.

A mídia e o mundo contra o jogo nasseriano

Se a Guerra de Independência não suscitou grandes controvérsias, a nacionalização do Canal de Suez por Gamal Abdel Nasser, em 27 de julho de 1956, será objeto de protestos generalizados das grandes potências e da mídia. A partir desta data até o dia 11 de agosto, o Canal de Suez será tema constante de primeira página. Em 12 dias, registramos igualmente 12 manchetes e 38 chamadas de primeira página. Os desdobramentos do incidente em si não serão aqui examinados, mas o fenômeno mostra que, sempre que estão em jogo a segurança e determinados valores do mundo ocidental, a mobilização é generalizada e os países e suas mídias voltam-se contra o inimigo comum.

Na guerra, ainda, o discurso de políticos e da mídia mantém-se, de certa forma, equidistante. As potências estão iradas com o presidente egípcio, por quem se sentem ameaçadas, e a imprensa reproduz o tom geral sem, no entanto, posicionar-se a favor de Israel, alvo de ataques e acusações verbais das lideranças egípcias. É nessa época que uma das mais antigas comunidades judaicas é desmantelada. Vinte mil judeus apátridas são recebidos no Brasil, 60 mil optam por países onde já têm família ou oportunidade de trabalho e outros tantos optam por Israel. Nenhum jornal registra este novo êxodo.

1967, 6 dias que valeram por décadas

Foram precisos apenas 6 dias para marcar a reviravolta completa do olhar da mídia sobre Israel e seus vizinhos árabes. A partir da Guerra de Seis Dias – de 5 a 11 de junho de 1967 – os textos relativos a Israel mudarão de enfoque. De pequeno país ameaçado de extinção por seus vizinhos árabes, Israel torna-se expansionista, imperialista. O discurso muda completamente: é o país que ocupa terras vizinhas, que oprime as suas populações. Simpatias que afloravam naturalmente da esquerda, mudam de campo: Israel, única experiência socialista e democrática do Oriente Médio, torna-se força de ocupação, usurpadora de cidadania, enquanto os países árabes – monarquias ou repúblicas ditatoriais – recebem a solidariedade de países e partidos de esquerda.

Até as alianças políticas desfazem-se: a União Soviética, primeiro país a reconhecer oficialmente Israel, que via como instrumento de penetração no mundo colonial franco-britânico, rompe relações, e a França, aliada tradicional de Israel, retira sua ajuda e impõe o embargo armamentista no episódio chamado pela imprensa de “o caso dos *mirages*”: 50 aviões de combate, comprados e já pagos por Israel, são embargados por De Gaulle depois do ataque das tropas israelenses ao aeroporto do Cairo. O presidente francês recomenda reiteradamente aos dirigentes israelenses “não atacar primeiro”, deixando de considerar o deslocamento de forças árabes nas fronteiras, o fechamento do estreito de

Tirá ou o pedido, feito por Nasser, de retirada das forças da ONU. Tachou Israel de agressor e puniu-o pela desobediência cortando a entrega dos aviões, fundamentais para a sua sobrevivência. De Gaulle ainda se posiciona publicamente contra os judeus, qualificando-os de “povo altivo e dominador”.

As afirmações do General e o embargo dos *mirages* tiveram resultado inesperado: despertam no jornalista Raymond Aron, conhecido por sua identificação exclusiva com a França, a sua judaicidade, além de despertar nos judeus franceses, perfeitamente assimilados à sociedade, a consciência de que a qualquer momento poderia ser-lhes lembrada a sua condição de judeus. O caso Dreyfus não era mais história do passado.³

O ano de 1967 começara tenso no Oriente Médio, deixando antever tempos sombrios. Os ataques são constantes, noticiados friamente no dia-a-dia dos jornais que relatam exatamente o que ocorre, identificando sempre os autores: são sírios, israelenses, jordanianos ou libaneses. Não existe a figura do “palestino”, nem do “refugiado”, que terão presença tão marcante a partir do ano seguinte, com a expansão territorial israelense que resulta da Guerra dos Seis Dias.

De 28 de abril a 15 de maio de 1967, não há notícias sobre o Oriente Médio no *JB*. Este prolongado silêncio não deixa de ser estranho, principalmente quando se sabe que o número de ataques de *fedayin* havia crescido tanto que, no dia 11 de maio, o Primeiro-Ministro Levy Eshkol, em pronunciamento público, advertiu que “diante da onda de sabotagens e infiltrações – 11 apenas em um mês – seremos forçados a adotar medidas drásticas.”⁴

O *JB* certamente teve acesso a essas informações, mas não as considerou válidas para publicação. Será o silêncio proposital, uma espécie de hiato preparatório para a mudança do discurso?

³ A acusação de traição contra o oficial francês Dreyfus desencadeou uma onda de anti-semitismo na França. Sua inocência motivou intelectuais e políticos do mundo inteiro, entre eles, Emile Zola, autor do libelo *J'accuse*, e Theodor Herzl, que escreverá *O Estado judeu*, ponto de partida para a defesa de um lar judeu na Palestina.

⁴ Publicação anual do Ministério das Relações Exteriores de Israel, 1967.

Já em plena guerra, o discurso muda: pela primeira vez aparecerão os termos “**território ocupado**” – “Depois de destroçar um ataque israelense contra Cuntilla, no Sinai, forças blindadas egípcias penetraram em território ocupado (...)”⁵; “guerrilheiro”, para designar os outrora **terroristas** palestinos – “O Rei Hussein voltou de Amã em companhia de Shukeiry, líder dos guerrilheiros palestinos”;⁶ e **refugiados**, usado como título de coordenada 2 dias consecutivos, em 11 e 12 de junho. É durante a Guerra dos Seis Dias que também aparece a associação de judeus com práticas nazistas: “Judeus usam a tática dos nazistas”.⁷

Juntando-se, ao novo vocabulário, o pedido de retirada das terras ocupadas, reiterado por países e pela mídia, a opinião pública convence-se de que esta é a única solução plausível. Acusação de invasão, lembrança de pobres refugiados, teimosia em não ceder: está plantado o tripé sobre o qual se construirá a imagem negativa de Israel.

Em 15 de junho de 1967, o redator do *JB* emprega um termo inusitado, **ativista**, que traz embutido, em seu significado, o sentido de participação comunitária. Soa estranho ligar ativista com terror – “O ataque ao sul do monte Hebron foi executado por 3 ativistas da Organização Al Fatah que seguiram em direção do Jordão.”

A consciência do noticiário mais avesso a Israel levou um repórter a provocar Yael Dayan, filha do general Moshé Dayan, que esteve no Brasil um mês depois da guerra, com a pergunta “you know you have a bad press?” Yael Dayan respondeu sem pestanejar, parafraseando Golda Meir depois do conflito de 1956: “I’d rather win the war, and have a bad press, than loose the war, and have a kadish” (*kadish*, em hebraico, é a oração pelos mortos). Nenhum jornal reproduziu a resposta.

A partir da Guerra dos Seis Dias, praticamente todas as matérias fazem referência à ocupação usando termos como **territórios ocupados**, **Cisjordânia ocupada**. A maioria dos jornalistas

⁵ *JB*, 1^a de junho de 1967, p. 8.

⁶ *JB*, 6 de junho de 1967, p. 3.

⁷ *JB*, 1^a de junho de 1967, p. 3.

tas, seguindo o exemplo do *JB* ou do *The New York Times*, adota discurso segundo o qual a criação de Israel e a sua posterior expansão com a Guerra de Seis Dias fez surgir a categoria de **refugiados palestinos**, como se o problema fosse inteiramente criado pelos israelenses ao ocuparem terras povoadas pelos palestinos.

Refugiados, categoria singular

Se, para o repórter, é mais cômodo adotar a postura de apoio aos oprimidos, ele não deve esquecer que “a fidelidade à verdade dos fatos é a marca do jornalismo de qualidade”.⁸ É preciso lembrar que, se o problema dos refugiados palestinos nasce realmente com a perspectiva da Partilha, ele não é o único marcado pela Segunda Guerra Mundial, com remanejamento de fronteiras que raramente respeitou limites geográficos, identidades étnicas ou religiosas ou, mesmo, aspirações de certos povos, criando uma legião de seres deslocados, descontentes com sua nova bandeira ou seus novos limites.

O *JB* de 20 de março de 1994 estima a massa de desterrados em 18 milhões de refugiados e 24 milhões de deslocados. Não estão incluídos, aí, palestinos e judeus, mas croatas (669 mil), bósnios (3 milhões), afegães (3,3 milhões), ruandeses (3,4 milhões), liberianos, (701 mil), iraquianos (715 mil), tajiquistaneses (534 mil), burundineses (536 mil), somalienses (517 mil), angolanos (526 mil) e moçambicanos (2,1 milhões).

Por que, neste contexto tão amplo e diversificado, o foco da mídia permanece na questão palestina? E, ao falar dos palestinos que fugiram ou que se sentiram expulsos, por que não lembram que Israel não só se ofereceu a indenizar as famílias que abandonaram os seus lares, bem como contribui, anualmente, com milhões de dólares para a UNRWA – a agência da ONU para ajuda e proteção de refugiados árabes – doando mais do que muitos países árabes ricos.

⁸ FRANCO, Carlos Alberto di. “Jornalismo, virtudes que faltam”, *JB*, 18 de abril de 1994, p. 9.

1973, o dia sem perdão

Enquanto a linha Bar-Lev é erigida no Sinai por estrategistas israelenses para se protegerem dos ataques constantes dos *fedayins*, os países árabes armam-se sem que o mundo reaja. A guerra de atritos em toda a fronteira israelense faz mais vítimas do que o noticiado e vai alcançar seu ápice na Guerra de Yom Kippur. 1972 seria o ano das provocações: Anuar Sadat não perderá uma oportunidade para reiterar sua intenção de iniciar as hostilidades “porque Israel jamais se retirará dos territórios árabes ocupados até que o sangue seja derramado em seu próprio território e nas dunas do deserto do Sinai”.⁹ É nessa época que o petróleo começará a ser usado de forma efetiva para impedir que os países dependentes do combustível ajudem Israel.

Já foi observado que mídia e opinião pública costumam-se manifestar contra os árabes sempre que os valores e os hábitos ocidentais se sentem ameaçados. Este fenômeno tornar-se-á mais patente ainda durante a crise do petróleo. Embora a mídia já estivesse francamente favorável aos árabes, ela não hesita em se voltar contra as decisões da OPEP e seus membros. Mas, como voltar-se contra não significa render-se às fileiras do outro, ao posicionar-se contra os árabes, a imprensa não troca de bandeira e não passa para o lado de Israel.

Nos 5 primeiros dias da cobertura da Guerra de Yom Kippur, quando Israel está ameaçado de extinção, a mídia publica noticiários apreensivos e esquece, momentaneamente, todos os epítetos que serão utilizados a partir do sexto dia, na reviravolta israelense e sua inesperada vitória.

O Líbano em foco

A operação *Paz para a Galiléia*, desencadeada por Israel, em 6 de junho de 1982, vai-se tornar o marco da linguagem jor-

⁹ *JB*, 19 de fevereiro de 1972, p. 9.

nalística preconceituosa (no sentido lato da palavra). Os jornais não hesitam em omitir fatos, deturpar outros e até truncar imagens para transformar a operação, que se pretendia de paz, em invasão brutal e hedionda. Sem eximir Israel de sua responsabilidade em adotar uma atitude condenada pela imensa maioria de sua população, o que se discute aqui é o comportamento do correspondente, enviado ao local para transmitir, a seus leitores, as informações fidedignas, e que acaba, muitas vezes por limitações pessoais, passando visão precária de acontecimentos, que não consegue apreender em toda a sua dimensão.

Alguns episódios marcantes da *Invasão do Líbano*, como será batizada pela imprensa, serão silenciados, o que é inexplicável para os conceitos de comunicação global e instantânea do jornalismo moderno. Outros serão transmitidos em parte, geralmente a parte menos favorável a Israel. Outros, ainda, terão sua dimensão e seu significado minimizados ou exagerados, conforme a tônica decidida pelo repórter.

O seqüestro de jornalistas tornou-se corriqueiro na Guerra do Líbano, como também assassinatos e liquidações puras e simples. As pressões e o medo explicam o silêncio que acaba encobrindo a realidade, não só para quem não a recebe em toda a sua dimensão mas, também, para quem não a fornece.

* Milan Kubic, correspondente do *Newsweek* no Oriente Médio desde os anos 60, é o primeiro jornalista a abandonar a região sob o peso de ameaças. William Marmon, do *Time*, pegou o primeiro avião ao ser informado que sua vida estava a prêmio. Philip Caputo, correspondente do *Chicago Tribune*, foi preso durante 5 dias, acusado de espionagem e libertado com pedido de desculpas. Alguns meses depois, em 26 de outubro de 1975, ao ser parado em barreira para verificação de documentos (que estavam em perfeita ordem), Caputo recebeu a ordem sumária de descer do carro e sair correndo. Enquanto obedecia, ouviu tiros zunindo nos seus ouvidos e, quando já chegava na esquina, foi atingido por duas balas. Conseguiu ainda arrastar-se até dobrar a esquina e ser socorrido por uma família que o levou para o hospital, de onde foi repatriado para os Estados Unidos. Foi um dos raros casos amplamente noticiados pelo *Chicago Tribune*, que denun-

ciaria, então, as violências e as pressões sofridas pelos correspondentes estrangeiros em Beirute.

A grande maioria da imprensa preferiu escudar-se no silêncio, não só para proteger os seus profissionais mas, também, para permanecer no local e continuar a fazer as suas coberturas. A presença da imprensa estrangeira, principalmente quando silenciosa, contribuirá para dar aval ao regime e seriedade às notícias transmitidas. O leitor mediano, que ignora tudo do que acontece na região e que se baseia, quase exclusivamente, naquilo que lê, vai achar que está tudo bem por lá.

James Markham, do *The New York Times*, escreve que “Beirute é o lugar mais selvagem do mundo”. Com a entrada efetiva da Síria no Líbano, a situação torna-se mais ambígua para os jornalistas. Além de terem de submeter-se aos mandos e desmandos dos mercenários da OLP, precisam curvar-se aos humores sírios, que já começam fechando 7 jornais locais e impondo censura à imprensa, incluindo as matérias dos correspondentes. Nenhum escrito e nenhum filme pode sair do Líbano se não levar o carimbo de autorização do censor sírio.

A Síria, que entrou no Líbano para ajudar os cristãos a se livrem da OLP, acaba por se aliar aos palestinos, semeando o terror e o horror no Líbano. A guerra aos jornalistas aumenta na mesma proporção em que cresce a certeza da impunidade. O jornalista Salim Lawzi, muçulmano sunita proprietário do *Al Hawades* (Eventos) e adversário ferrenho de Hafez Assad, presidente da Síria, resolve transferir seu jornal para Londres. De volta a Beirute para o enterro da mãe, é seqüestrado, barbaramente torturado e morto. Seu corpo mutilado será encontrado por pastores de ovelha e os culpados nunca apareceram. Não houve investigações e, entre os jornalistas, comenta-se a ação sanguinária dos homens de Rifat Assad, o irmão do presidente da Síria. Nenhuma comoção ou alarde, nem mesmo solidariedade profissional ou humana.

No dia 25 de fevereiro de 1980, o *JB* dará a primeira notícia sobre perseguições a jornalistas: no pé da página 8, em duas colunas, informa “Jornalista árabe é seqüestrado no Líbano”, e, em 6 de março, discretamente, na página 12, com o título “Jornalista é torturado e assassinado no Líbano”, descreve-se que

A autópsia revelou que o corpo de Salim Lawzi foi terrivelmente torturado antes de receber os tiros na cabeça. Foi o único muçulmano que manteve a redação de sua revista ativa no setor cristão de Beirute durante a guerra civil de 1975–1976.

O relato comprova a violência e o terror impostos pelos sírios no Líbano, mas cai no esquecimento por não suscitar protestos, nem merecer acompanhamento posterior. Quatro meses mais tarde é a vez do assassinato, em plena luz do dia, do presidente da Associação Libanesa de Imprensa, Riad Taha. Ninguém foi preso, nem investigado. No mesmo dia, o presidente da TV libanesa, o cristão Charles Rizk, foi detido por 5 horas para averiguações. Solto, abandonou o cargo e o país. No dia 24 de julho do mesmo ano, o *JB* registra, em pequena nota, a morte de Taha, em uma coluna, na página 12.

Resolvida a situação com a imprensa nacional, a atenção voltou-se para os correspondentes internacionais sediados em Beirute. E os métodos de coação não mudaram. Berndt Debusmann, chefe do escritório da *Reuters*, foi baleado ao sair de uma festa por ter noticiado movimento contrário a Hafez Assad. A festa era na casa de Tim Llewelyn, o correspondente da *BBC* que insistiu em noticiar prisões na Síria e oposição a Assad. Avisado, em julho de 1980, que sua vida corria perigo, Llewelyn, cidadão britânico, avisou imediatamente a sua embaixada, que encaminhou protesto formal às autoridades sírias e libanesas. Diante da falta de resposta libanesa e da afirmação síria de que a segurança dos jornalistas era responsabilidade da polícia do Líbano, o jornalista refugiou-se em Chipre e a *BBC* optou por fechar sua apresentação em Beirute. A partir de então, todas as notícias da *BBC* provenientes de Beirute eram, de fato, geradas em Chipre. E nada se noticiou a respeito.

O silêncio inicial pode ser explicado pela esperança de, um dia, recuperar-se tranquilidade e segurança e poder voltar a atuar da cidade em conflito. Mas, como as perspectivas não melhoraram e a emissora não podia deixar de transmitir notícias da região, a solução encontrada foi continuar noticiando como se os jornalistas continuassem sediados em Beirute. Em nenhum

momento, a *BBC* fez menção de sua exclusão da capital libanesa e a grande maioria do seu público nunca soube que estava sendo enganada pela emissora e que o noticiário do Líbano vinha, de fato, de Nicôsia, na Ilha de Chipre. O correspondente do *Figaro*, Jorge M. Stocklin seguiu o mesmo caminho após receber ameaças de morte.

Outro assassinato que revoltou a imprensa mas não provocou alarde foi o de Robert Pfeffer, da revista alemã *Stern*. Pfeffer pesquisava as relações existentes entre a OLP e o grupo terrorista Baader-Meinhof e os resultados alcançados não devem ter sido do agrado da OLP.

Em 1981, o repórter assassinado foi Sean Toolan, da *ABC*. O ato mereceu, da rede americana, apenas 30 segundos e, do *JB*, pequena nota, de uma coluna, com o título: “Repórter morre a tiros em Beirute”. O texto noticiava que

o jornalista Sean Toolan, *free-lancer* e correspondente da *Radio ABC* e do jornal *Atlanta Constitution*, dos EUA, foi assassinado a tiros no setor ocidental de Beirute por um homem que atirou de um carro em movimento. A OLP condenou o crime e prometeu fazer o possível para encontrar os responsáveis.¹⁰

A cortina do silêncio permanece puxada. Hans Benedict, enviado especial da *Associated Press*, teve seu visto negado pela OLP por ter entrevistado Gazi Hussein a respeito do massacre de civis israelenses, perto de Tel Aviv, na primavera de 1978, e divulgado sua resposta segundo a qual “terrorismo contra israelenses, incluindo mulheres e crianças, é instrumento legítimo da revolução palestina e continuará a ser usado sempre que necessário”. O mesmo processo ocorre com o veículo de comunicação. O medo contamina pessoas e Órgãos e, em nome da proteção a seus funcionários, os editores optam por omitirem-se: na verdade, tornam-se cúmplices.

E os únicos jornais do mundo a se manifestarem em editorial foram os britânicos *The Economist* e *The Guardian*.

¹⁰ *JB*, 16 de julho de 1981, p. 13.

Visão caolha

A leitura das notícias ao longo das décadas propicia comparações e provoca estranhamento como, por exemplo, a forma como foram noticiadas as invasões do Líbano pela Síria e pelos palestinos.

Dez anos antes, em 17 de setembro 1972, a manchete de primeira página do *JB* é “Israel invade Líbano com 5 mil soldados”, e a página 18, inteiramente dedicada ao choque, merece outra manchete de reforço: “Israelenses bombardeiam e invadem Sul do Líbano”. Quando trata da invasão palestina, entretanto, a chamada de primeira página de 4 de maio de 1973 informa fria e discretamente: “Palestinos da Síria invadem Líbano e lutam com Exército”. No dia seguinte, nova pequena chamada em uma coluna: “Libaneses controlam palestinos”. No dia 9, mais uma chamada, de 3 colunas desta vez: “Síria ameaça invadir Líbano para defender os palestinos”.

Notícias diárias são dadas sobre ataques e bombardeios, mas nenhum editorial, nenhum protesto de potência estrangeira ou do Papa. A ONU tampouco se manifesta para impedir as dezenas de mortes e a mídia não faz alarde. No dia 3 de maio de 1972, informa-se, em pequena chamada de duas colunas: “Luta com palestinos mata 62 no Líbano”. Na página 13, a manchete não fala em mortes, muito menos em massacre; estampa, apenas, que “Exército impõe toque de recolher em Beirute”. É no corpo da matéria que se descobre a extensão das perdas: “Em consequência dos violentos combates travados o dia inteiro entre os militares e os palestinos, as lutas deixaram um saldo de 12 mortos e 40 feridos militares e 50 mortos e 100 feridos palestinos”.

E, ao longo da guerra civil, os jornais e câmaras de cinegrafistas e fotógrafos noticiam perdas, destruição e mortes de forma branda. Só alcançarão o clímax 10 anos mais tarde, quando darão vazão à enxurrada de protestos e acusações contra Israel.

Uma informação que os jornais noticiaram muito discretamente, quando chegaram a noticiar, foi a boa acolhida dada aos soldados israelenses pelos libaneses que os receberam como libertadores e heróis. Cansados da guerra civil e de se sentirem joguetes entre as forças rivais, nunca sabendo em quem se fiar,

os libaneses cristãos, principalmente, acreditavam que os israelenses viriam devolver-lhes a paz e a prosperidade perdidas.

O deputado democrata texano Charles Wilson, conhecido por sua postura pró-árabe e defensor da venda de armamentos aos países árabes, extasiou-se ao voltar do Líbano com

o entusiasmo com o qual foram recebidos os israelenses (...) Era como um exército de libertação (...) Era algo de assombroso. Eu podia esperar tal reação dos cristãos, o que é perfeitamente plausível. Mas nunca esperaria tamanha adesão da população muçulmana. Ao falar com as pessoas, muitas delas tinham perdido a sua casa, muitas delas tinham perdido familiares. E todas disseram que era horrível ver as tropas israelenses entrando no seu país. Mas, todas acrescentavam: se for para nos livrar da OLP, então terá valido a pena.¹¹

Este é o cenário quando Israel irrompe no Líbano, no dia 6 de junho de 1982. A notícia é a manchete de 7 de junho do *JB*: “Israel invade Líbano para afastar palestinos”. A página 9, também com manchete – “Israel empurra os palestinos 40 km Líbano adentro” – é dedicada ao evento, amplamente ilustrado com fotos: “Blindado israelense inicia a invasão do Líbano confiante na vitória sobre os palestinos” e “Um tanque cruza a fronteira e avança em território libanês, para desalojar os palestinos”.

O restante da página contém as matérias “Israel captura principal base”, “Versalhes pede o fim do ataque”, “Combates no Sul duram 12 anos”, “Conselho de Segurança pede retirada imediata”, “Piloto capturado diz que perdeu controle” e “Governo explica ‘Paz para Galiléia’”. Curiosamente, a explicação do governo israelense vem em último lugar, como se fosse a última informação que interessasse.

A partir de junho de 1982, e enquanto Israel permanecer no Líbano, os enfrentamentos serão notícia de primeira página praticamente todos os dias. Em 3 meses (de 7 de junho a 7 de setembro), apenas a título de exemplo, verifica-se que a invasão será

¹¹ PODHORETZ. *The media: freedom or responsibility*, p. 259.

10 vezes manchete e merecerá 72 chamadas, somando 82 títulos de primeira página, 512 matérias que deram 98 manchetes de páginas internas, 28 editoriais – praticamente um a cada 3 dias –, numerosas ilustrações – 15 fotos de primeira página (que representam um verdadeiro recorde), 130 em páginas internas e 16 mapas.

Embora a operação *Paz para a Galiléia* não seja a primeira incursão israelense em território libanês, ainda que tenha conotação diferente das demais, não se pode deixar de registrar a diferença de tratamento, até mesmo relativamente a outras intervenções. Cinco dias antes, em 30 de maio de 1982, não será dada manchete alguma ou chamada de primeira página para a notícia “Irã invade o Iraque e Haig faz advertência”, que aparecerá na página 20.

As primeiras notícias dão conta que Tiro e Sidon foram inteiramente destruídas pelos bombardeios aéreos de Israel. Esta informação não se confirma, nem é desmentida, como tampouco a cifra de 600 mil desabrigados, já que, quando chegam os israelenses, não haviam sido mencionados tantos moradores, todos fugitivos das violências palestinas. Quanto às dezenas de milhares de feridos na primeira semana da guerra, verifica-se serem de fato 1.200, contados todos os leitos de hospitais de Beirute.

No dia 8 de junho, o *JB* publica fotografia que mostra “Em meio ao bombardeio dos aviões israelenses, domingo, dois homens transportam uma criança que está sendo alimentada por soro, através das ruas da cidade”. A fotografia vai percorrer o mundo e acabar na escrivania do Presidente Ronald Reagan, que ficará horrorizado com a pobre criancinha que perdeu os 2 braços no bombardeio israelense. Reagan, que mandou emoldurar a fotografia, apresentou protesto formal ao Ministro do Exterior Israelense, Yitzhak Shamir, que mandou apurar o estado da criança e verificou que, não somente continuava com os 2 braços como, também, tinha sido devidamente atendida por médicos israelenses em Beirute e já estava praticamente recuperada. O Presidente norte-americano recebeu nova foto, que nenhum jornal publicou...

Outra notícia nunca devidamente esclarecida é a que se refere à destruição da infra-estrutura de Sidon pelos israelenses. Quando o exército israelense chegou à cidade, não havia mais poderes estabelecidos, nem prédios públicos, sumariamente destituídos

pela OLP, em 1975, que assumiu o comando da polícia, da justiça e da prefeitura. Logo depois, com o intuito de desalojar os palestinos, as forças sírias arrasaram todo o centro administrativo da cidade, não deixando pedra sobre pedra.

O que leva uma jornalista do renome de Hilary Brown, da *ABC News*, a postar-se diante do prédio da prefeitura destruída anteriormente e anunciar, com a voz embargada pela emoção, que ele acaba de ser arrasado pelas bombas israelenses? Falta de informação? Má-fé? Ou, simplesmente, vontade de ganhar a guerra pela audiência, mesmo se for à custa da verdade?

O que leva repórteres a acusar soldados israelenses de dizimar populações civis quando, reiteradamente, aviões israelenses despejaram panfletos sobre as cidades que pretendiam atacar, avisando a população local para evacuar a área e se pôr a salvo, preferindo perder o efeito surpresa, mas salvar vidas. Este fato só foi noticiado uma vez pelo *JB*. No dia 11 de junho, um texto-legenda, na página 12, descreve uma fotografia: “Caças israelenses jogaram milhares de panfletos ameaçando com um ataque maciço para ocupar Beirute se sírios e palestinos não saírem da cidade”. O redator imprime um tom ameaçador à advertência israelense. A mesma atitude será adotada em relação aos prédios estratégicos utilizados como escudo para armamentos pesados ou para Quartel General. Quando Israel ataca uma escola vazia ou um hospital desativado, a grita é generalizada e nenhum correspondente lembra-se da violência exercida anteriormente pela OLP ou por milicianos ao ocuparem as instalações concebidas para fins pacíficos.

Sabra e Chatila: o sangue que maculou Israel e a mídia

A chacina de Sabra e Chatila ilustra a extensa gama de possibilidades de manipulação da notícia. Da seleção das palavras à definição do título, o texto percorre um longo caminho, cujo resultado final, impresso, pode reportar fielmente os fatos ou transmiti-los de forma truncada. O episódio refere-se à notícia publicada em todos os jornais do mundo, de domingo, 19 de setembro

de 1982, informando que milicianos falangistas haviam invadido os campos de refugiados palestinos de Sabra e Chatila, no Líbano, dizimando seus ocupantes. O número de mortos varia de 300 a 1.700, mas as cifras não são o elemento determinante do horror: os definidores da dramaticidade da situação serão suas circunstâncias e a sua disseminação pelo espectro midiático, que transformará Israel no grande vilão da história.

A primeira notícia reproduz os fatos. Já a partir do título, sabe-se claramente o que ocorreu e a página 14 estampa em manchete de 8 colunas “Milícias cristãs chacinam civis palestinos em Beirute”. *Lead* e *sublead* relatam o ocorrido:

Centenas de homens, mulheres e crianças dos campos palestinos de Sabra e Chatila, Beirute Ocidental ocupada pelos israelenses, foram massacrados por milícias falangistas cristãs que entraram ontem nos acampamentos em busca dos dois mil guerrilheiros armados que, segundo o Ministro da Defesa de Israel, Ariel Sharon, teriam ficado na cidade. Altos funcionários israelenses denunciaram a chacina e responsabilizaram os milicianos falangistas. Disseram que as tropas israelenses que cercavam o campo e permitiram a entrada dos milicianos fizeram todo o possível para impedir a morte de mulheres e crianças, chegaram a atirar nos comandos cristãos. Acrescentaram que, sem a presença dos israelenses, a matança poderia ter sido bem maior.¹²

Tudo indica que se tratava de mais um acerto de contas entre cristãos e muçulmanos. Os palestinos já evacuaram o Líbano, mas corre o boato de que cerca de 2 mil guerrilheiros permaneceram no país, escondidos em campos de refugiados. Para completar o quadro, acabava de ser assassinado o presidente libanês, Bashir Gemayel, que parecia ter todos os predicados para pacificar o Líbano e restituir-lhe o esplendor perdido em 7 anos de conflitos internos. Israel, que já estava-se retirando também do Líbano depois de 4 meses de intervenção, decide ocupar novamente suas posições em Beirute oriental para garantir a ordem. Sua presença

¹² *JB*, 19 de setembro de 1982, p. 14.

não impedirá a invasão dos campos de refugiados e, confirmando a maldição bíblica, “toda a culpa cairá sobre a sua cabeça”.

A primeira discrepância refere-se ao número de mortos. Na mesma matéria, lê-se:

Segundo a *UPI* era impossível determinar o número de vítimas porque os cadáveres estavam espalhados por uma área muito grande, mas a agência chegou a admitir que a cifra poderia ser superior a mil. Um funcionário do Departamento de Estado, citado pela *Reuters*, disse que diplomatas americanos e europeus contaram 300 cadáveres. Uma fonte palestina citada pela *AP* disse que as vítimas são milhares.

A cada dia, informa-se número diferente. A fotografia do primeiro dia fala em “centenas”; o jornal do dia 21 Informa: “Cruz Vermelha diz que mais de 1 mil morreram no ataque”. A coluna *Análise da Notícia*, de 22 de setembro, estima os mortos em 700 ou 800, mas ressalva que a *Wafa*, agência de notícias palestinas, divulgou a cifra de 1.700.

Ao final das sindicâncias, o número oficial será de 300 vítimas, nunca claramente noticiado, apesar de os jornais mencionarem o episódio sempre que querem se referir a um incidente de triste memória ou de proporções terríveis.

A segunda discrepância tem a ver com quem denuncia primeiro. No *sublead*, informa-se que foram “altos funcionários israelenses” e, no quinto parágrafo do mesmo artigo, lê-se: “O massacre foi denunciado pela Cruz Vermelha Internacional, e pelo escritório da Organização para Libertação da Palestina (OLP) em Estocolmo e depois constatado pessoalmente pelos correspondentes estrangeiros”.

Não importa muito quem denuncia primeiro. O fato é que os protestos horrorizados são generalizados, dando margem a uma das coberturas mais intensas e controvertidas de que se tem notícia. Durante 15 dias seguidos, relatando um conflito de 36 horas, o *JB* publicou 94 matérias, com 13 chamadas de primeira página, 14 manchetes de páginas Internas, 23 fotografias e 4 editoriais. “Massacre” e “chacina” aparecem 21 vezes nos títulos e são di-

vulgados 10 protestos oficiais, dos Estados Unidos à União Soviética, passando pelo Brasil, pela ONU, por todos os países árabes, pelos principais países europeus, pelos grandes jornais do mundo, alguns israelenses e os judeus dos EUA, além de Arafat.

Três anos mais tarde, em maio de 1985, também em Sabra e Chatila, ocorrerá outra matança, com 500 palestinos mortos por xiitas libaneses. A repercussão será bem diversa que a anterior. O conflito dura 14 dias, mas apenas 9 edições do *JB* dele tratarem, em 14 matérias, todas de páginas Internas. A chacina, também de civis inocentes, não merecerá chamada alguma de primeira página, editorial, alguma protesto algum e somente 2 fotografias. Nos títulos, apenas 1 vez será usado o termo “massacre”.

A imprensa mundial não foge do mesmo tratamento. Eliahu Tal fez o levantamento do espaço ocupado nos 4 maiores jornais dos Estados Unidos – *The New York Times*, *The Washington Post*, *The Los Angeles Times* e *The Christian Science Monitor*. Em 1982, os 4 somaram 8.726 polegadas publicadas a respeito das 300 mortes de Sabra e Chatila e apenas 842, em 1985, a respeito das 500 mortes de Sabra e Chatila.¹³ O levantamento apresenta ainda os seguintes números: 129 matérias de primeira página, contra 10; 20 editoriais em 1982 e 5 em 1985. E contou, em títulos, a utilização da palavra “massacre”: 122 vezes no primeiro episódio e 2 no segundo.

Hama, do sangue à tinta

Hama será outro palco de 3 episódios sangrentos da história do Oriente Médio e que, inexplicavelmente, merecerão discreta cobertura da imprensa brasileira e mundial. Os correspondentes locais sofrem censura rígida do governo sírio e o acesso lhes foi vedado durante todo o tempo em que duraram as ações. Só lhes foi permitido verificar a amplitude dos boatos *in loco*, dias mais tarde, quando as autoridades sírias já tinham apagado qualquer vestígio.

¹³ TAL, Eliahu. *Israel in medialand*, p. 15.

A disputa síria, ao contrário da libanesa, ocorrerá entre facções adversárias muçulmanas: os sunitas, fundamentalistas, que representam 70% da população síria, não aceitam o sincretismo religioso dos alauistas (12% da população), que adaptam, ao Islã, práticas cristãs e ocidentais. Opõem-se, conseqüentemente, ao presidente Hafez Assad, alauita confesso, que domina o partido *Baath* e o exército. Para combatê-lo, os sunitas organizam grupo armado, a Irmandade Muçulmana, que pretende, pela guerrilha, derrubar Assad e tomar o poder.

Assad entrega a seu irmão, Rifaat, o comando de sua guarda de elite – *Saraia el-difaa* – que declara guerra total à Irmandade Muçulmana. De provocação em provocação, as lutas chegarão ao paroxismo ao ocorrer o atentado frustrado, em 25 de junho de 1980, contra o presidente Assad, quando este se preparava para receber o presidente do Mali. Ao ver artefato cair a seus pés, teve rápida reação, atirando a bomba para longe. Escapou de explodir junto com seus seguranças.

A reação de Rifaat foi, também, rápida: na mesma madrugada mandou executar os quase 1.000 Irmãos Muçulmanos encarcerados na Fortaleza de Tadum. E a mídia, bem mais lenta, noticia quase 1 mês depois, em 20 de julho, com pequena coluna: “Massacre de 800 pessoas vinga atentado a Assad”.

A Anistia Internacional estava bem-informada, as lideranças mundiais também. Ninguém se manifestou. A resistência continua, sempre com o objetivo de derrubar o regime. Clandestinos, os Irmãos Muçulmanos escondem-se na cidade de Hama, cujos habitantes, em sua grande maioria sunitas, dão guarita ao quartel-general da Irmandade.

No dia 23 de abril de 1981, as tropas de elite do governo sírio, sempre comandadas pelo irmão do presidente, resolveram atacar o QG da confraria e, como não se sabia exatamente em que prédio se escondiam os mentores dos inúmeros atentados, o governo decidiu arrasar vários quarteirões. A primeira notícia a respeito aparece no jornal francês *Le monde*, de 13 de maio de 1981, 20 dias mais tarde. O jornal não se atém a um dos princípios básicos do jornalismo: a atualidade. Mas, de qualquer forma, reage mais rápido que os periódicos americanos: o único a se manifestar,

exatamente 2 meses após o massacre, é o *Washington Post*, em artigo escrito de Washington e assinado pelo editor-chefe do jornal, Edward Cody.

O segundo ataque a Hama ocorre coincidentemente em 1982, o mesmo ano de Sabra e Chatila, mas não chegará às manchetes. Thomas Friedman reconhece, em seu livro, que “Até hoje, não há detalhes completos do que aconteceu exatamente naquele mês de fevereiro de 1982. A nenhum repórter foi autorizado o acesso à cidade durante o massacre”.¹⁴ As únicas notícias do *JB* datam de 11 de fevereiro, e aparecem na página 12. A manchete “Rebelião ameaça Presidente sírio” é seguida dos entretítulos “Situação grave” e “Ponte destruída”, que descrevem os enfrentamentos entre as forças revolucionárias e as fiéis ao presidente Hafez Assad.

A operação foi desencadeada na madrugada de terça-feira, 2 de fevereiro. As tropas de Rifaat pretendiam repetir de forma mais eficiente o assalto contra o OG dos Irmãos Muçulmanos, realizado 8 meses atrás. Não contavam com a emboscada preparada pelos guerrilheiros que, postados no topo dos prédios, atiraram nos soldados. Diante do sucesso do contra-ataque de surpresa, os *mulaim* convocam, do alto dos minaretes, a população de Hama para a *Jihad*, a guerra santa contra o herege alauita. Recomendam que todos saiam dos seus esconderijos e enfrentem o Inimigo, em todo o país, ao custo da própria vida.

Para o muçulmano, morrer em prol de causa santa é ganhar a vida eterna, e a luta alastra-se por toda a cidade e por todo o país. Os sunitas atacam os alauitas, principalmente os dirigentes do partido *Baath*. Informações oficiais posteriores informam que 50 altos funcionários do governo foram apunhalados enquanto dormiam. A guerra civil faz suas vítimas dos 2 lados. E os sunitas, mais numerosos, estão motivados pela certeza de que alcançarão a vitória.

O foco principal é Hama – maior cidade sunita – onde se firmará a vitória ou a derrota. Diante da disposição dos combatentes, Rifaat pede reforços, que chegam em massa, incluindo a 21ª Brigada Motorizada e a 47ª, com ordem de liquidar o levante, custe o que custar.

¹⁴ FRIEDMAN, Thomas. *De Beirute a Jerusalém*. p. 89.

A decisão dos irmãos Assad foi de tornar exemplar a derrota dos rebeldes: bombardearam todos os bairros e, ao cabo de 2 dias de bombardeio incessante, máquinas de terraplenagem irromperam na cidade, derrubando as ruínas que ainda permaneciam em pé, enquanto os rolos compressores transformavam a cidade em imenso cemitério onde, certamente, muita gente foi soterrada viva. Relata Friedman:

Quando cheguei a Hama, por um momento tive a mesma sensação de tontura que costumava ter ainda menino, quando, no Inverno, íamos de carro até o centro de um lago congelado (...) resumia-se na estranha sensação de estar sobre alguma coisa (...). Chutei a terra embaixo dos meus pés e desenterrei um tênis, um livro em frangalhos e um pedaço de vestimenta qualquer; em outro lugar, pedaços de madeira ou as pontas de vergalhões de aço despontavam na superfície poeirenta. O bairro Inteiro, com tudo o que havia nele, havia sido lavrado como um campo de milho na primavera e, então, achatado.¹⁵

Dos 180 mil habitantes de Hama, calcula-se que 20 mil acabaram sob os escombros enquanto os demais, refugiados dentro do seu próprio país, não encontraram quem gritasse pela Injustiça e pela arbitrariedade a que eram submetidos.

Tratamento bem diverso do que será dado ao massacre de Sabra e Chatila.

Intifada: a sétima guerra

Depois da Guerra de Independência (1948), da Campanha do Sinai (1956), da Guerra dos Seis Dias (1967), da Guerra de Atritos (1967–1973), da Guerra de Yom Kippur (1973) e da Guerra do Líbano (1982), a Intifada pode ser considerada a sétima guerra de Israel, tanto pela gravidade dos enfrentamentos, quanto pelas consequências que engendrará para os israelenses. De fato, a Intifada será a

¹⁵ FRIEDMAN, Thomas, *op. cit.*, p. 94.

maior responsável pela erosão da imagem de Israel no mundo, ganhando espaço cada vez maior nos meios de comunicação. Lutas entre palestinos e israelenses são corriqueiras na Faixa de Gaza e na margem oriental do Rio Jordão, desde 1967. Como explicar, então, que um *low-grade regional conflict* – assim classificado pelo *ombudsman* Richard Harwood, do *Washington Post* – seja alvo de 300 mil palavras publicadas em 5 meses nesse mesmo jornal?¹⁶

É que a Intifada reúne todos os ingredientes do inusitado, que transformam uma nota comum em manchete de primeira página. Pela primeira vez, o soldado israelense está sem ação: ele, que já encarou e venceu as condições mais adversas, que foi capaz de virar a derrota anunciada da Guerra de Yom Kippur. O soldado israelense sabe dos riscos, mas não consegue ver, nas crianças e nos adolescentes, o inimigo perigoso, que precisa de ser combatido. E não será esta a imagem escolhida pela imprensa para divulgar os acontecimentos. O soldado israelense será o agressor e o jovem palestino a vítima indefesa. A trajetória acompanhada pela filmadora será da pedra lançada pelo jovem árabe sem nunca alcançar o seu alvo e da sua corrida desesperada para fugir da fúria do israelense.

Tudo começa no dia 9 de dezembro de 1987, quando um israelense é esfaqueado enquanto fazia compras em Gaza. Sua morte revolta familiares e amigos que se limitam a chorar a perda, tristemente comum no dia-a-dia da região. No dia seguinte, 4 palestinos morrem acidente de carro, fato também comum: morre-se mais, em Israel, de acidentes de carro do que em consequência dos conflitos. Embora as 2 ocorrências nada tenham em comum, a máquina de fazer boatos espalha que a morte dos 4 é resultado da Lei de Talião: foram mortos por israelenses em ataque de represália. O medo de nova retaliação por parte dos israelenses acende o pavio que fará explodir o barril de pólvora do campo de Jebaliah.

Jebaliah, com seus 50 mil refugiados, é base de operações da OLP e a lembrança de Sabra e Shatila ainda não cicatrizou na memória dos refugiados. Eclodem tumultos que provocam a morte

¹⁶ TAL, Eliahu, *op. cit.*, p. 5.

de 1 estudante de 17 anos e ferimentos em mais 16 jovens. Os demais campos superpovoados de Gaza aderem à revolta. Temendo a agressão, agridem primeiro.

O *JB* de 10 de dezembro nada publica sobre o israelense, o que confirma que as mortes de israelenses são raramente reportadas. Mas, no dia 11, consta na página 13 que “Luta mata palestino, fere 16 e fecha Gaza” e, no dia 12, o título curto “Massacre” dá o tom que será utilizado daí em diante para descrever os acontecimentos: “Polícia israelense matou a tiros 3 palestinos e feriu 21, num protesto contra a ocupação da Cisjordânia, no campo de refugiados de Balata”.¹⁷ Será o pontapé inicial para a divulgação, apenas durante o ano de 1988, de 424 matérias sobre a Intifada e enfrentamentos entre OLP e Israel.

Exército jornalístico

Se os conflitos tiveram por cenário Gaza, Nablus, Ramallah e Hebron, a ação se desenrolou, de fato, para o público em geral, nas telas de televisão e nas páginas dos jornais. A cobertura contou com um dos maiores contingentes já registrados na história do jornalismo. O exército de 350 correspondentes fixos, lotados em Israel, representa o terceiro maior corpo de profissionais do mundo, depois de Washington e Moscou. Somam-se, a este número, cerca de 600 enviados especiais e jornalistas *free-lancers* que se dirigem à Terra Santa sempre que surge fato novo.

A notícia diz quase sempre “Israelense mata palestino”. As versões podem variar em torno da identidade: o israelense será, de modo geral, soldado ou colono mas, em ambos os casos, a conotação é de usurpação; e o palestino será jovem, adolescente ou refugiado, passando, ao leitor, o sentimento de desamparo.

Quase sempre presente, na descrição dos fatos, a intenção de matar: os palestinos são mortos por raivosos que tinham a intenção de matar. Por que a raiva e por que atiraram? Estas respostas

¹⁷ *JB*, 1^a de agosto de 1988.

não interessam ao jornalista, que prefere deixar pairar, no ar, a gravidade do gesto carregado de maldade.

A omissão de dados e situações é constante, como, por exemplo, stress e pressão, que nunca são descritos no dia-a-dia do soldado israelense. E, quando algum deles sucumbe, estourando, extravasando, de forma violenta, sua raiva e sua impotência, a imprensa descreve o fato como rotina e, não, como exceção. Foi o que aconteceu quando 4 soldados israelenses pegaram 2 palestinos que estavam atirando pedras em passantes em Nablus e os espancaram. Filmado pela *CBS*, o fato teve ampla repercussão mundial, provocando revolta e protestos. A atitude dos soldados é obviamente condenável. Deseja-se aqui discutir, no entanto, a atitude da imprensa diante do fato, sobretudo a partir do noticiário do *JB*, mostrando como o discurso pode ser tendencioso.

No dia 27 de fevereiro de 1988, matéria em 3 colunas tem, por título, “Violência filmada acaba em prisão”. O *lead* tampouco deixa margem à dúvida: “Presos 4 soldados e demitido do comando um capitão, todos filmados pela rede de TV americana *CBS*, quando espancavam brutalmente 2 manifestantes árabes”. As informações induzem a crer que os soldados foram presos, simplesmente, por terem sido filmados quando, na verdade, foram presos, exatamente, por terem cometido a violência.

A imprensa não noticiou o julgamento, fato inusitado nos países árabes: não se tem um único registro de julgamento de militar ou civil árabe por abuso de poder ou por uso de força. No caso, não se trata de omissão da imprensa, mas de doutrina árabe: quem atinge um judeu está cumprindo missão sagrada obrigatória. É o grito de guerra lançado, diariamente, do alto dos minaretes por líderes religiosos, nunca contado na imprensa ocidental. O alinhamento à ordem dada por aiatolá só atingiu repercussão internacional quando proferido contra Salman Rushdie, o escritor muçulmano radicado em Londres e autor de *Versos Satânicos*, obra considerada herética e ofensiva ao Corão.

É também a convocação formal publicada regularmente na primeira página do jornal *Al Auada-A Voz da Intifada*, de Gaza:

Irmão revolucionário. É seu dever improvisar e inventar, pois o inimigo está aprimorando os meios da opressão. Mate e lute

com tudo o que lhe cair nas mãos: faca, pedra, coquetel *molotov*, são armas revolucionárias que encurtarão o caminho para a libertação da Palestina (...). Com cada soldado morto ou ferido, você estará salvando a Palestina.¹⁸

Tampouco foi noticiado que o exército israelense desenvolveu, a partir do incidente condenado, programa de orientação e ajuda aos soldados, sob a supervisão de psicólogos, para melhorar o autocontrole e o respeito devido pelos soldados aos adversários.

A percepção dos enviados especiais a Israel é sempre seletiva. Ao falar dos **territórios ocupados**, por exemplo, os jornalistas nunca se lembram dos assentamentos judaicos antiquíssimos como os de Hebron, nem recordam que ali nasceram líderes como Itzhak Shamir: só evocam a **colonização**, perpetrada por judeus ortodoxos.

Nos territórios ocupados, a tônica é sempre dada aos árabes perseguidos ou revoltados. Os jornais nem sequer mencionam os quase 65% de palestinos apolíticos que querem viver em paz, trabalhar e conviver com os israelenses, de quem se sentem irmãos. Quando surgem estatísticas de mortes entre a população palestina, pressupõe-se que ocorreram por embates com as forças israelenses. Os repórteres nunca se lembram de separar (e até salientar, como seria o caso) as mortes de palestinos por palestinos, que remontam à metade: matam-se por desavenças políticas, rivalidade comercial ou rixas familiares; matam-se por questões de honra ou por apoiar Israel. Nada disso é noticiado.

Tratamento diferenciado é dado pela mídia também aos comerciantes árabes das zonas ocupadas. Intimidações e ameaças palestinas nunca são apontadas, enquanto as decisões israelenses são sempre alvo de destaque.

Típica é a descrição da greve geral decretada pela OLP para o dia 28 de março de 1982, em protesto contra os acordos de paz entre Israel e Egito. A greve não contou com a adesão esperada. Numerosos foram os comerciantes que preferiram manter seu

¹⁸ *Al Auada-A voz da Intifada*, 3 de março de 1988, p. 1.

comércio aberto, alguns por questões financeiras, outros para marcar seu posicionamento político. Ocorreram vários enfrentamentos entre os grupos contrários, e Henry Kamm, do *The New York Times* reporta que “os comerciantes que não aderiram à greve foram intimidados pela mão forte da polícia israelense”.¹⁹ Já a ação dos organizadores da greve, tentando obrigar os comerciantes a abaixar suas portas, foi qualificada de “leves pressões” pelo mesmo articulista. Os comerciantes sofrerão, a partir de então, sérias violências por parte dos palestinos mais radicais, até mesmo intimidações e assassinatos, mas nada disso será noticiado na imprensa.

E, quando a imprensa se vê obrigada a noticiar distúrbios e enfrentamentos, o faz omitindo o dado principal que mudará o enfoque da notícia. Esta distorção aparece, por exemplo, na matéria publicada pelo *JB* com o título “Exército de Israel mata 2 palestinos e fere 70”, de 18 de julho de 1994. O subtítulo mantém o mesmo tom: “Tropas abrem fogo contra trabalhadores que tentavam cruzar posto de fronteira, no pior Incidente em Gaza desde autonomia.” A *Reuters* explica o incidente como insatisfação dos “trabalhadores palestinos” que “protestam contra a estrita segurança israelense que os obriga a esperar horas para entrar no país, onde vão trabalhar diariamente”. Em nenhum momento da reportagem é feita a alusão de que é *Tisha Beav*, dia santo em Israel, portanto feriado para todos os trabalhadores. O repórter da *Reuters* e o redator do *JB* não levantam a hipótese óbvia de que não se trata de “trabalhadores”, mas de elementos desejosos de perturbar a ordem e que, armados, forçaram a passagem na fronteira e a resposta israelense.

A Intifada será responsável por outra mudança radical na mídia. Será a partir da ação de Israel, primeiro no Líbano e depois nos territórios ocupados, que Israel passará a ser taxado de potência racista e exterminadora. Começam as associações negativas. Israel é sub-repticiamente comparado com o regime racista da África do Sul. Israel, que foi o primeiro país a se manifestar

¹⁹ *The New York Times*, 28 de março de 1982, p. 9.

oficialmente contra o regime de *apartheid*, passa a ser acusado de fazer a mesma coisa.

Ao estampar, no dia 15 de dezembro de 1987, o título “Um Soweto nas mãos de Israel”,²⁰ o *JB* adere à campanha mundial de confirmação de Israel como país racista. A moção da ONU, considerando o sionismo uma manifestação de racismo, já cunhou o caráter discriminatório de Israel. E, ao associar a sua imagem à da África do Sul, torna a mácula indelével.

Mas será a associação com o nazismo que tornará as acusações mais ferinas. As primeiras tentativas de associação surgem já em 1967, durante a Guerra dos Seis Dias, com o título “Judeus usam a tática dos nazistas”,²¹ imagem da descrição de como Israel rompeu o bloqueio egípcio e cruzou o Canal de Suez.

A associação não pararia por aí: irá crescer com o uso constante do termo “campos de concentração” para designar o confinamento de prisioneiros de guerra. A fotografia estampada na primeira página do *JB*, de 10 de junho de 1967, com a legenda “Prisioneiros de guerra tiram os sapatos antes de seguir para os campos de concentração de Israel”²² busca confirmar a atitude odiosa e nazista dos judeus. Tirar os sapatos desperta, imediatamente, a lembrança da prática nazista de despir todos os prisioneiros antes de encaminhá-los para as câmaras de gás e a expressão “campos de concentração” está carregada de lembranças repulsivas.

No dia 12 de junho de 1982, por exemplo, o título em duas colunas “O estrategista da ‘Blitz-Krieg’”²³ poderia até parecer elogioso se não levasse a subentender, no termo alemão, a técnica de guerra fulminante e arrasadora. Já a matéria de 27 de março de 1988, em 3 colunas, é mais direta: “Médica brasileira denuncia uso de **gás** para **exterminar** árabes”. O negrito é utilizado para sublinhar a associação das palavras gás e extermínio, método utilizado pelos nazistas para o genocídio.

²⁰ *JB*, 15 de dezembro de 1987, p. 12.

²¹ *JB*, 7 de junho de 1967, p. 4.

²² *JB*, 10 de junho de 1967, p. 1.

²³ *JB*, 12 de junho de 1982, p. 12.

Esses dados isolados não teriam maior significado se sua divulgação não ocorresse no mesmo dia que a informação, em apenas 1 coluna: “53 civis morreram e 120 ficaram feridos no bombardeio iraquiano de cidades do Interior do Irã”.²⁴ Notícia sem destaque, nem comentários, mesmo sabendo-se que os 2 países já utilizaram armas químicas e não apenas bombas de gás lacrimogêneo.

1991, o Golfo de máscara

Uma das características da Guerra do Golfo foi a de ter deslocado o epicentro da disputa entre Iraque e Kuwait para Israel. Outro aspecto importante é que foi a primeira guerra mostrada ao vivo para o mundo pela CNN. Ao contrário dos combates anteriores, os jornalistas não se mantiveram atrás da notícia, discretos e anônimos, valorizando aquilo que transmitiam pelo conteúdo da notícia em si e pelo talento profissional. Os jornalistas, desta vez, transformaram-se na própria notícia, quer em Bagdá, onde o repórter da CNN transmitia ao vivo as notícias de bombardeios, quer em Tel Aviv, com a máscara antigás encobrendo o rosto e embotando a voz.

Apesar da cobertura total, a imprensa vai-se sentir perplexa. O discurso maniqueísta foi inteiramente subvertido. Os israelenses do embate em curso não cabiam no estereótipo de invasores, exterminadores-de-árabes-perseguidos, e os árabes, que se tinham transformado em Invasores, não correspondiam mais à imagem de desterrados-desabusados. O que destoou inteiramente do conhecido foi a postura de Israel. Pela primeira vez, Israel não tomava a Iniciativa, não atacava, nem revidava. E ninguém entendia nada...

Quando, em 8 de junho de 1981, Israel destruiu a usina nuclear iraquiana, protestos se generalizaram. O *JB* publicou no mesmo dia editorial “Abuso de Poder”, dedicou 3 páginas ao assunto, e diversos países manifestaram seu repúdio: “EUA conde-

²⁴ *JB*, 27 de março de 1988, p. 21.

nam ataque e podem suspender ajuda a Israel, Paris acusa Tel Aviv mas pode parar ajuda, Brasil condena ato de agressão injustificado”.²⁵ A postura correspondia à imagem generalizada que a mídia fazia e transmitia de Israel. Uma das matérias, até mesmo, “Tudo pela ‘Eretz Israel’”, define a onipotência israelense em relação aos objetivos que determinou para si. A mídia não teve a coragem de reconhecer o perigo que representava, para a região e para o mundo, a posse da tecnologia nuclear por um ditador desequilibrado, que já tinha feito uso de armas químicas contra populações indefesas.

Mais tarde – 10 anos – quando choveram sobre Tel Aviv *scuds* e ogivas com capacidade para gás químicos, o mundo iria suspirar aliviado pela ação bem sucedida de Israel, embora ninguém, nem a mídia, o reconheça.

²⁵ *JB*, 9 de janeiro de 1981, p. 1, 6, 10, 14 e 15.



recorte aqui

dobre aqui

!SR-47-580/85
UP CT/GOT
DR/BSB

**CARTÃO RESPOSTA COMERCIAL
NÃO É NECESSÁRIO SELAR**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
70919 970 BRASÍLIA DF

P E S Q U I S A

A Editora Universidade de Brasília está desejando conhecer melhor os seus leitores. Em nossos livros você encontra um formulário para preencher e nos enviar e receber gratuitamente informativos sobre nossos lançamentos. Aproveite para dar a sua opinião sobre os nossos livros. Obrigado.

Nome

Endereço

Bairro

Cidade

UF

CEP

RG

Telefone

Data de nascimento

CPF

Empresa onde trabalha

Profissão

Ramo de atividade

Sexo

masculino

feminino

Possui filhos?

sim

não

Estado civil

casado

solteiro

outros

Qual a faixa etária

0 a 5

6 a 10

acima de 10

Quais são as áreas, dentro de nosso linha de publicação, que mais interessam a você?

Negócios

Biografias

Culinária

Dicionários

Direito

Literatura

Psicologia

Turismo

Informática

Ciências Exatas

Religiões e Crenças

Ciências Biológicas e Medicina

Artes, Esportes e Lazer

Ciências Humanas e Sociais

Use este espaço para dar sua opinião e/ou sugestões sobre as nossas publicações.



*Gráfica e Editora
Qualidade Ltda.*

Fone PABX (061) 386-5199
Fax: (061) 386-4200

qualidade@tba.com.br



Clássicos gregos e latinos
Editora UnB

Orestes
Eurípides

Lísis
Platão

Apologia de Sócrates/Crítion
Platão

Agamenon
Ésquilo

As traquinias
Sófocles

Díálogo dos mortos
Luciano

Hipólito
Eurípides

A sogra
Terêncio

A comédia da marmita
Plauto

Pluto (A riqueza)
Aristófanes

Brasil e Israel



Brasil e Israel: diplomacia e sociedades foi escrito, com esmero, por oito autores que analisaram o tema com o objetivo de compreender a substância e o alcance das relações entre estes dois países. A primeira percepção que tivemos com sua leitura leva-nos a crer que não se descortina originalidade marcante nas relações de longo prazo entre Brasil e Israel, quando comparadas com as relações do país judeu com a maioria dos países ocidentais. Com efeito, o Ocidente viu-se na contingência de reagir diante da instabilidade política da região, da ascensão de Israel como potência regional e das grandes oportunidades de negócios criadas pelos países árabes. A conduta das diplomacias ocidentais, de certo modo, assemelhou-se.

Desde o empenho de Oswaldo Aranha em criar o Estado de Israel, quando este brasileiro era Presidente da Assembléia da ONU, em 1947, até nossos dias, a diplomacia brasileira nunca deixou de acompanhar o destino daquela nação do Oriente Próximo e de reagir em face dos acontecimentos que afetavam sua existência. As atitudes do governo brasileiro, como de outros governos, oscilaram, e muito, ante o quadro regional conturbado e ante o dilema de ter de considerar a sorte de países vizinhos a Israel, particularmente a causa do povo palestino. A política internacional teve, na região, uma de suas zonas de alta pressão, com impulsos próprios e não apenas decorrentes das injunções da Guerra Fria. Daí o envolvimento de um país como o Brasil – apesar de alheio ao conflito leste-oeste – com as convulsões políticas do Próximo Oriente.

Código EDU 277487

